Senador contrata mulher e cunhados

Exemplo de Gilvam Borges é seguido por Ernandes Amorim, que empregou a filha como assistente

DANIELA RUBSTEM

A criação de novos cargos de assessores no Senado reabriu caminho para a contratação de parentes. O campeão foi o senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele contratou a mulher Maria Marlene Barriga Borges como assessora técnica, com salário R$ 4.800. Gilvam Borges achou que seu gabinete ainda não tinha um ambiente familiar adequado e contratou, além da mulher e de sua mãe - que já era sua funcionária -, mais dois cunhados, Damaso Brasileo Barriga e Jucileide Pereira Borges. O mesmo caminho foi seguido pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO). Amorim contratou a filha Helma Santana Amorim como sua assistente parlamentar. Salário, R$ 1.200.

As contratações estão sendo patrocinadas depois que o Senado Federal aprovou em junho, projeto de resolução criando mais dois cargos de assessores técnicos por cada gabinete. Na Câmara, o deputado recebe uma verba fixa de R$ 20 mil para contratar quantos servidores quiser. Já no Senado, os funcionários contratados - mesmo que sejam indicados pelos senadores - passam a ser vinculados e pagos pela instituição, até o senador dispensá-los no término de seu mandato.

Adequadas ou não para exercer o cargo, as contratações, que são legais, trazem de volta a discussão sobre nepotismo, onde se dá prioridade a escolha de um familiar para exercer uma função pública. Na verdade, a prática de nepotismo é antiga, nunca desapareceu e não é restrita ao Legislativo.

Durante a votação do projeto de resolução do Senado, que previa a criação de novos cargos para os gabinetes, alguns senadores chegaram a apresentar emendas proibindo o nepotismo, mas foram derrotadas em plenário. E um dos argumentos era que poderia haver troca de favor entre gabinetes, portanto, seria mais transparente que cada senador contratasse o seu familiar sem subterfúgios, como a ajuda de colegas.

Favores - Também não é novidade a contratação de amigos ou de apadrinhados em troca de favores políticos. Até mesmo o senador Roberto Freire (-PPS-PE), autor de projeto de lei que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão, não repudia esse tipo de contratação. "O gabinete é político. A estrutura deve ser definida pelo senador e ele contrata quem quiser", disse Freire que não criticou a atitude do senador José Serra (PSDB-SP) em contratar como secretária parlamentar Maria da Graça Beneduce Seligman, esposa do presidente do Incra, Milton Seligman. Há pouco mais de um mês, Graça Seligman deixou o Supremo Tribunal Federal onde trabalhava como fotógrafa do ministro Celso de Mello, para ser lotada no gabinete de Serra, amigo de seu marido e correligionário tucano, pelo salário de R$3.600.

Há ainda algumas contratações de prováveis candidatos a deputado estadual que estão sendo remunerados desde já. É o caso da contratação de Emília Nelly de Queiroz, como assessora parlamentar do gabinete do senador Romero Jucá (PFL-RO). Funcionários do gabinete garantem que a recém-funcionária está em plena campanha em seu Estado.

Geraldo Magela

Alan Marques

Ernandes Amorim e Gilvam Borges aproveitaram a abertura de novas vagas no Senado para abrigar parentes em seus gabinetes